



Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v23i2>

ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

Os trabalhadores da Baixada Fluminense na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira. (1969-1971)

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v23i2.42227>

 Higor Codarin Nascimento

Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Brasil. E-mail: higor.codarin@gmail.com

Palavras-chave: Luta armada; trabalhadores; Baixada Fluminense.	Os trabalhadores da Baixada Fluminense na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1971) Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a trajetória de trabalhadores da Baixada Fluminense na luta armada brasileira. Especificamente, propõe a análise de um conjunto de trabalhadores ligados a Felix Escobar, militante envolvido no embate para a conquista de terra por posseiros na cidade de Duque de Caxias. Integrado ao PCB antes do golpe de 1964, buscou alternativas de militância nas organizações de luta armada. Vinculou-se, em meados de 1969, ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro, trazendo consigo outros trabalhadores. Através dessas trajetórias, objetivamos lançar luz sobre a trajetória de trabalhadores e espaços urbanos pouco mobilizados nos estudos sobre o tema.
Key words: Armed struggle; Workers; Baixada Fluminense.	The workers of Baixada Fluminense at the armed struggle against Brazilian military-civilian dictatorship (1969-1971) Abstract: The present article aims to analyze the trajectory of workers of Baixada Fluminense in Brazilian armed struggle. Specifically, proposes an analysis of a group of workers with ties to Felix Escobar, a militant engaged in squatting lands in Duque de Caxias city, integrated into the PCB before the 1964 coup, who sought alternatives of militancy in organizations of armed struggle. Joined, in mid-1969, to October 8th Revolutionary Movement, bringing with him other workers. Through these trajectories, we aim to shed light on the trajectory of workers and urban spaces less mobilized in studies on the matter.
Palabras clave: Lucha Armada; Obreros; Baixada Fluminense.	Los trabajadores de la Baixada Fluminense en la lucha armada contra la dictadura cívico militar brasileña (1969-1971) Resumen: El presente artículo se enfoca en analizar la trayectoria de los trabajadores de Baixada Fluminense en la lucha armada brasileña. Especificamente, propone un análisis del grupo de trabajadores vinculados a Félix Escobar, militante involucrado en conflicto de tierras en Duque de Caxias, integrado al PCB antes del golpe de 1964, que buscaba alternativas de militancia en organizaciones de lucha armada. Se vinculó, a mediados de 1969, al Movimiento Revolucionario 8 de Octubre, trayendo consigo otros trabajadores. Mediante estas trayectorias, pretendemos arrojar luz sobre la trayectoria de los trabajadores y los espacios urbanos menos movilizados en los estudios acerca del tema.
Artigo recebido em: 02/04/2018. Aprovado em: 09/08/2018.	

O isolamento social das organizações que propuseram a luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira¹, constituintes da autointitulada esquerda revolucionária, é unânime, apesar das distintas interpretações, como uma das causas de sua derrota política. (AARÃO REIS FILHO, 1990; GORENDER, 2014; RIDENTI, 2010). Na própria retórica das organizações, o principal indutor dos sucessivos reveses encontrava-se no isolamento diante das massas revolucionárias, em especial, dos trabalhadores. A atuação das esquerdas armadas pouco sensibilizou os setores sociais que buscava mobilizar para realizar a idealizada revolução brasileira. Em parte, isso fica evidente, conforme demonstrou Ridenti (2010, p. 163-177), pela inserção dessas esquerdas dentre os trabalhadores. Especificamente sobre a Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), posteriormente denominada Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), apenas 14% dos processados, segundo dados compilados pelo projeto *Brasil: Nunca Mais*, eram trabalhadores manuais urbanos, empregados e/ou lavradores.

Contudo, apesar de pouco numerosos,

¹ Optamos pela utilização do termo “civil-militar” ao nos referenciarmos à ditadura. A consolidação do termo “ditadura militar” tende, nos embates pela construção da memória coletiva, a isentar parcelas importantes da sociedade civil que participaram, inclusive com auxílio financeiro, na gênese e manutenção do golpe e da ditadura ao longo de seus vinte e um anos de existência. No entanto, devemos citar que não propomos uma atribuição genérica à responsabilidade da sociedade. Utilizamos o termo civil-militar para demonstrar, principalmente, o caráter de classe do golpe e da ditadura, apoiando-nos, assim, na perspectiva proposta por Ridenti (2016).

os trabalhadores também se fizeram presentes na esquerda armada brasileira. A atuação destes, em especial na Baixada Fluminense e em uma organização majoritariamente estudantil, como o MR-8, impulsiona novas perspectivas sobre a luta armada contra a ditadura brasileira, ainda não trabalhadas.² Assim, este artigo tem o objetivo de contribuir ao debate historiográfico atual sobre o tema a partir de dois pontos principais: por uma perspectiva, lançar luz sobre o contexto social de uma área do estado do Rio de Janeiro pouco mobilizada a respeito do desenvolvimento da luta armada, através da organização política dos trabalhadores da Baixada Fluminense³ em conjunto com os partidos e organizações de esquerda. Além disso, compreender, sobretudo, a opção de alguns deles pelo enfrentamento armado contra a ditadura, buscando detalhar a integração desses militantes e sua atuação política no MR-8.

Para isso, como prelúdio, devemos realizar um traçado analítico sobre a formação do MR-8 e, principalmente, sua tática de

² É recente uma gama de trabalhos que buscam compreender os impactos da ditadura brasileira na Baixada Fluminense. Nesse sentido, notabiliza-se a coletânea *A Baixada Fluminense e a ditadura militar: Movimentos sociais, repressão e poder local* (2016). Além disso, notabilizam-se as análises, aliadas à Comissão Estadual da Verdade, que buscaram deslindar a luta dos trabalhadores, rurais e urbanos, da região, principalmente antes do golpe de 1964. Contudo, inexistem incursões diretas para a relação desses trabalhadores com a luta armada.

³ Seguiremos aqui, conforme propõe Aline Maia (2017), a definição do IBGE sobre o conceito de Baixada Fluminense. Ou seja, região composta pelos municípios: Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São João de Meriti, São Gonçalo, Seropédica e Tanguá.

atuação junto ao movimento operário, que o levou ao contato com Felix Escobar e sua esfera de relações com militantes na Baixada Fluminense.

Formação da Dissidência da Guanabara e a tática de atuação no movimento operário

A Dissidência Universitária da Guanabara foi uma das diversas dissidências estudantis do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que se estruturaram no período pós-golpe de 1964.⁴ Constituída enquanto fração⁵ clandestina ao partido antes do golpe, no seio dos centros acadêmicos da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) e da Faculdade Nacional de Direito (FND), ambas integrantes da Universidade do Brasil (UB) no Estado da Guanabara⁶, cultivava críticas à postura política do partido, que se intensificaram após a queda de João Goulart. Elegiam o PCB como principal responsável pela conjuntura resultante, especialmente devido aos desvios

de direita que impregnavam sua linha política. Desvios que o impulsionaram para uma prática política *reboquista* – com relação a João Goulart e, conseqüentemente, à burguesia – *etapista* e, sobretudo, *pacifista* (PANDOLFI, 1995). Compelidos por novos modelos revolucionários, derivados da revolução chinesa e, principalmente, da revolução cubana, questionadores da hegemonia soviética enquanto propagadora de definições tático-estratégicas do movimento comunista internacional, criticavam, de maneira impiedosa, as posições políticas do PCB. Todas as críticas refletiam uma necessidade candente de oposição à inação do partido. O tempo era de ação. Irrompia no horizonte a perspectiva de refundar a esquerda nacional, com objetivo de torná-la, efetivamente, revolucionária.

Contudo, em período imediatamente posterior ao golpe, a perspectiva da fração não era romper com o partido. Ao contrário. Ao mesmo tempo em que se propunham a participar ativamente da reestruturação do movimento estudantil na universidade, fortemente abalado com o golpe, havia a necessidade de recrutar novos militantes para as fileiras do PCB. Aparenta ser contraditório, à primeira vista, recrutar novos militantes para o partido, visto as críticas que cultivavam ao PCB. Contudo, a manutenção dentro da estrutura partidária e conseqüente atuação para incrementar suas fileiras atendia a duas perspectivas. Segundo depoimento de Daniel Aarão Reis (1987), militante da Dissidência,

⁴ Além da DI-GB, organizaram-se no interior do PCB: Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ), que se tornaria o primeiro Movimento Revolucionário 8 de Outubro; Dissidência do Rio Grande do Sul (DI-RS) que formaria o Partido Operário Comunista (POC) com remanescentes da POLOP; Dissidência de São Paulo (DI-SP) que se integraria à ALN ou à VPR e VAR-Palmares; Dissidência da Bahia (DI-BA), que promoveria uma fusão com a DI-GB; e, Dissidência de Minas Gerais (DI-MG) que integraria a CORRENTE. (RIDENTI, 2010, p. 30)

⁵ “No jargão comunista, um agrupamento, reunindo militantes de diferentes células, que se juntam para articular posições políticas, à revelia das direções estabelecidas.” (AARÃO REIS FILHO; CAMURÇA, 2007, p. 145)

⁶ Após a transferência da capital da federação para Brasília, seguindo os preceitos constitucionais, a antiga capital da federação foi transformada em um estado autônomo: o estado da Guanabara. O estado do Rio de Janeiro tinha como capital a cidade de Niterói.

por um lado a estrutura partidária deveria ser levada em conta pela extensa rede de contatos operários que o partido construiu ao longo de sua história. Por outro, havia a concepção de construir uma vasta articulação de esquerda que ganharia o VI Congresso do partido, previsto para 1967, em favor de uma visão efetivamente revolucionária. Portanto, neste período inicial, havia uma dupla possibilidade na atuação dos dissidentes no interior das estruturas do PCB: beneficiar-se dos contatos operários do partido, caso houvesse a ruptura, e/ou construir um movimento que alterasse sua linha política.

Contudo, as discordâncias em relação às recomendações da hierarquia partidária, decorrentes das posições políticas do partido, construíam, gradativamente, uma situação insustentável, que atingiu o ápice em ocasião das campanhas eleitorais para o pleito legislativo em fins de 1966, culminando na insubordinação aberta dos dissidentes, que preconizavam o voto nulo, e subsequente ruptura com o partido. Foi a primeira das dissidências a romper com o Partidão, como ficara conhecido o PCB naquele momento. Assim, a partir de novembro de 1966, os dissidentes tornaram-se uma organização autônoma que, apesar da tática almejada, não conseguiu angariar nenhum contato operário da rede pecebista e tampouco estabelecer uma vasta articulação de esquerda no interior do partido.

Após a cisão, os dissidentes procuravam alternativas para responder as

posições políticas que criticavam no PCB. Nesse sentido, já no início de 1967, na primeira resolução política autônoma, há uma concepção clara em favor da luta armada, mas ainda sem uma definição tático-estratégica que lhe impusesse contornos claros para a atuação política. Conforme indica depoimento de Vera Sílvia Magalhães, militante da organização:

Havia uma definição favorável [à luta armada], principalmente em contrapartida à posição do PC. Nós estávamos saindo do PCB, daquela linha pacifista. Então, como resposta ao pacifismo do PCB nós tínhamos uma posição sobre a luta armada. Mas não tínhamos uma tática de luta armada, não propúnhamos uma ação armada imediatamente. (MAGALHÃES, 1986)

Além disso, a significativa expressão que a DI-GB conquistava, gradativamente, junto ao movimento estudantil, em decorrência de sua tática de atuação a favor das reivindicações estudantis, que lhe legaria a posição de vanguarda das passeatas e manifestações na Guanabara no biênio 1967-1968, centralizavam a perspectiva de atuação da organização para o movimento de massas, arrefecendo discussões tático-estratégicas sobre a melhor maneira de deflagrar a atuação armada.

Apesar do protagonismo crescente junto à massa estudantil, os dissidentes mantinham a percepção de que o movimento estudantil, por si só, não seria suficiente para realizar a revolução que tornaria o Brasil um país autônomo e livre da exploração do homem pelo homem, como se dizia na época. Por isso,

a DI-GB, em 1968, desloca alguns militantes para áreas periféricas da Guanabara, em específico para a favela de Nova Holanda, tendo em vista realizar trabalho político na região e no parque industrial próximo. Ao contrário da perspectiva de proletarianização ou limpeza ideológica dos militantes, concepção que encontrou abrigo em outras organizações de esquerda armada, a visão política da Dissidência estava relacionada à concepção clássica de Lênin proposta, especialmente, no *Que fazer?* (1986), de trabalho político através de ações de agitação e propaganda. Os quatro militantes deslocados para Nova Holanda foram o embrião do que se tornaria, no ano seguinte, a Frente de Trabalho Operário (FTO), responsável pelo desenvolvimento de ações políticas junto ao movimento operário após a definição do grupo pela luta armada, em abril de 1969.

A segunda metade de 1968 concedeu o impulso final para a adesão da DI-GB à luta armada. O que no ínterim entre a cisão com o PCB e as passeatas estudantis de 1968 eram dúvidas, a conjuntura do segundo semestre transformou em certezas. Com o declínio do movimento estudantil, impulsionado, entre outros fatores, pela postura repressiva da ditadura, que culminou, ao final do ano, no Ato Institucional número 5 (AI-5), e as primeiras ações armadas de outras organizações, a DI-GB constatou que o caminho não apenas possível, mas inexorável, era a adesão às armas. O “golpe dentro do golpe”, na visão dos dissidentes, era a prova

cabal do impasse irresolúvel do capitalismo no Brasil – consolidando a perspectiva da “utopia do impasse” (AARÃO REIS FILHO, 1990) – como também impossibilitava qualquer forma de manutenção das forças de mobilização estudantis anteriores. Assim, a partir do final de 1968, a DI-GB dá início à preparação do primeiro grupo responsável pela realização das ações armadas. Realizando as primeiras ações armadas no início de 1969, todas tendo em vista angariar dinheiro e armas, a organização realizou sua III Conferência, em abril, que concretizou, oficialmente, a via da luta armada como estratégia revolucionária. A partir daquele momento deixaram para trás o estigma estudantil, quando se transformaram em Dissidência Comunista da Guanabara.

A linha política de abril de 1969, resultado das discussões da III Conferência, demonstra, com nitidez, os contornos e a integração da luta armada no modo como os dissidentes enxergavam a conjuntura brasileira. Além disso, e de maneira mais importante para este artigo, evidencia de que maneira compreendiam a arregimentação e integração dos trabalhadores na organização e, conseqüentemente, na luta armada. Portanto, trataremos, sucintamente, alguns pontos da linha política que elucidam essas duas perspectivas.

De início, como vislumbravam que a “[...] contradição fundamental da sociedade brasileira é a que põe em choque a burguesia e o proletariado”, impunham, para a ordem do dia, a necessidade da “etapa socialista da revolução brasileira” (DI-GB, 1969, p. 2-3). A

partir da síntese entre a análise da cadeia de exploração resultante do capitalismo monopolista, que impulsiona os países periféricos à vanguarda da revolução mundial, e a integração completa do Brasil na lógica capitalista, as condições objetivas para a revolução estavam dadas.⁷ Caberia, apenas, criar as condições subjetivas, que, à influência do foquismo⁸, realizar-se-iam através da guerra revolucionária, “[...] processo inevitável para o qual os revolucionários devem preparar-se e preparar as massas, especialmente o proletariado” (DI-GB, 1969, p. 4).

Deve-se salientar, contudo, que apesar da influência do foquismo cubano, os dissidentes não construíram uma concepção estritamente militarista⁹ da luta armada. Ao contrário, percebiam-na:

[...] como um processo político e não como explicitação militar da luta política. [...] GR [guerra revolucionária] não é o foco guerrilheiro ou insurreição urbana. O processo armado não está contido nesta ou naquela forma de GR. Ele é muito mais do que isso porque não só engloba

todas as formas armadas de luta, como também uma infinidade de formas não armadas que encaminham, preparam e fortalecem as formas armadas de luta. (Ibidem)

Essa visão fica ainda mais evidente no momento em que fazem a análise sobre a situação do movimento operário e realizam conjecturas a respeito da tática de atuação junto aos trabalhadores.

Na perspectiva de construir a guerra revolucionária sob uma ótica operária, notam que o proletariado, ainda influenciado pela prática reformista do PCB, “[...] encontra-se num baixo nível de consciência e organização” (DI-GB, 1969, p. 8). Sendo assim, o processo de guerra revolucionária seria longo e árduo. Tendo em vista superar os obstáculos que afastavam os trabalhadores da revolução, desenvolveram a tática sobre o movimento operário. Deve-se ressaltar, inicialmente, que a DI-GB pressupunha a negação dos sindicatos como forma de atuação política, inclusive buscando afastar os trabalhadores da estrutura sindical, conforme fica evidente na crítica impiedosa aos sindicatos, enfatizando, principalmente, seu caráter conciliatório:

É nossa tarefa ganhar as massas para a *negação dos sindicatos como forma de organização, alertá-las para seu caráter de conciliação com a burguesia. Assim, devemos, a todo momento, denunciar as vacilações dos sindicatos enquanto estrutura de organização [...]*. Não devemos participar de eleições sindicais, pelo *aspecto deseducativo e inconsequente inerente a essa posição*, no atual momento. (Idem, p. 10, grifos nossos)

Desconsiderando os sindicatos como

⁷ Várias são as referências teóricas dos dissidentes para essa análise conjuntural. As principais delas são: Baran; Sweezy (1966); Gunder Frank (1964); Lênin (2004); Prado Júnior (1987).

⁸ Em linhas gerais, segundo Denise Rollemberg, o foquismo se caracteriza pela possibilidade de uma vanguarda de guerrilheiros ser capaz, através da construção do foco guerrilheiro, subverter a ordem e revolucionar a sociedade. Para maiores detalhes, cf. Rollemberg (2001). Baseamo-nos, aqui, nos dois principais representantes da teoria foquista: Che Guevara, com seu *A guerra de guerrilhas* (1960), e Régis Debray, com *Revolução na Revolução* (1966).

⁹ Segundo Gorender (2014, p. 94), o termo militarismo “[...] recebeu entre as esquerdas o significado de predomínio da tendência para a luta armada imediata. Organizações esquerdistas militaristas eram aquelas que adotavam formas de luta e propaganda armada e desprezavam as formas de luta de massas.”

arena de luta política, vislumbravam o desenvolvimento de um “trabalho político-militar junto à classe operária”. Objetivando construir uma “infraestrutura político-militar”, atuavam, basicamente, a partir das ações de propaganda armada, realizadas nas portas das fábricas. A partir dessas ações, com objetivo de “[...] estimular lutas políticas e econômicas locais, propagar elementos estratégicos e fornecer exemplos concretos da viabilidade da luta contra as forças repressivas” (DI-GB, 1969, p.7), impulsionariam o movimento de massas. No bojo dessa movimentação apareceriam os primeiros contatos, que no traçado analítico dos dissidentes, seriam as “parcelas avançadas”, potencialmente revolucionárias. Essas parcelas avançadas, após os contatos iniciais, deveriam ser integradas às fileiras da organização para, assim, atuarem constantemente sobre o movimento de massas, pois, nas palavras dos dissidentes: “as vanguardas só se formam em processos de massas” (DI-GB, 1969, p. 10).

Em síntese, nessa tática de atuação junto ao movimento operário, fica evidente a imprescindibilidade do movimento de massas, seja para caracterizar suas parcelas avançadas, seja para, posteriormente, organizá-las para atuação junto às massas. Para essa formulação, além da concepção que traziam da atuação no movimento estudantil, contribuíram, significativamente, as greves operárias ocorridas em Osasco e Contagem no ano anterior. Essas, aos olhos dos dissidentes, evidenciavam a possibilidade de

movimentação dos trabalhadores, apesar do recrudescimento do regime.

Assim, procurando dar consequências à linha política, a DI-GB dividiu a organização em três frentes: Frente de Trabalho Armado (FTA), responsável pelas ações armadas, Frente de Trabalho nas Camadas Médias (FTCM), responsável pela inserção junto aos estudantes e setores médios assalariados e, como já dissemos, Frente de Trabalho Operário (FTO), na qual enfocaremos a partir de agora.

Tencionando fortalecer a atuação no movimento operário, novos militantes foram designados para a FTO. Elegendo o setor metalúrgico como principal alvo das ações de propaganda armada, ao longo de 1969 realizaram diversas panfletagens em fábricas do setor. A partir delas, desenvolveram alguns contatos com os trabalhadores, que passaram a fornecer informações sobre o cotidiano de trabalho, inclusive, sobre os “dedos-duros” que delatavam as mobilizações realizadas nas fábricas. Nesse sentido, Daniel Aarão Reis, neste momento dirigente da organização e responsável pela FTO, aponta para essa relação com os contatos e as medidas que tomavam, realçando a proximidade com os trabalhadores:

[...] a gente começou, nessa época das panfletagens, a ter alguns contatos operários, e eles nos davam informações: por exemplo, numa fábrica, o dedo-duro é tal pessoa. Na semana seguinte, a gente ia lá, pichava as portas de fábrica, identificava o dedo-duro, dizia para ele que, caso se comportasse mal, a gente ia matá-lo. Isso criava um “auê” incrível nas fábricas. Os operários adoravam (AARÃO REIS FILHO, 1987).

Nesta perspectiva, com a abertura dos novos contatos e visando desenvolver o trabalho junto aos operários, criaram um jornal, de nome *Força Operária*, que, a exemplo da tática de Lênin, deveria auxiliar na organização dos trabalhadores.

Uma dessas ações foi realizada na área dos estaleiros na região portuária da Guanabara, especificamente, na porta do estaleiro Ishikiwajima, na praia do Caju (BNM 192, p. 48). Em decorrência dessa ação, os dissidentes, já rebatizados como Movimento Revolucionário 8 de Outubro, obtiveram informações de Felix Escobar com um de seus filhos, trabalhador radicado em um dos estaleiros da região (SALGADO, 1988, p. 59). Assim, estabeleceu-se o contato entre Felix e o MR-8, que abriria novos horizontes políticos para a organização e para a militância de Felix e dos demais trabalhadores da Baixada Fluminense nos anos seguintes.

A trajetória de Felix Escobar e a luta pela posse da terra na Baixada Fluminense

Morador de Duque de Caxias, a trajetória política de Felix Escobar, segundo depoimentos, remonta ao movimento sindical da década de 50, em específico, no sindicato dos autônomos (BNM 619, p. 118). Contudo, pela falta de informações, parece-nos, apesar da atuação nas campanhas pelo petróleo, foi apenas na década de 60 que a militância política adquiriu contornos mais nítidos,

imersa no contexto de tensão social em diversas áreas da Baixada Fluminense, com uma atuação sistemática junto ao PCB.

Segundo Aline Maia (2017), pesquisadora relacionada à Comissão Estadual da Verdade, as velozes transformações socioeconômicas da Baixada Fluminense – até o início da década de 50 eminentemente rural – relacionadas à sua inserção urbana de caráter periférico e industrial, são, a um só tempo, as razões constituintes das tensões sociais entre diversos agentes daquela localidade, como também as condições que proporcionaram aos trabalhadores métodos de organização e resistência às mais diversas formas de opressão que estavam postas naquele contexto.

Focalizando em um conflito específico pela posse da terra, relacionado à tentativa de expulsão de posseiros da Fazenda São Lourenço, localizada próxima à Fábrica Nacional de Motores (FNM) em Xerém, distrito do município de Duque de Caxias, a pesquisadora teceu a convergência de diversas organizações de trabalhadores, urbanas e rurais, na mobilização pela manutenção do direito de posse. Segundo ela, as mudanças socioeconômicas na região, iniciadas com a instalação da FNM, construíram, gradativamente, um cenário de transição entre o rural e o urbano, que tiveram como principais consequências:

[...] a exponencial valorização do solo rural e a intensidade e heterogeneidade do afluxo migratório que por ele transita e se instala em busca de terra, trabalho e moradia. [...] Novos atores ampliam os

polos do antagonismo histórico entre fazendeiros e camponeses: fábricas, empresas, administradores, arrendatários, políticos, especuladores, operários, lavradores, grileiros e posseiros. É desta transição que emergem os tensionamentos sociais em torno da disputa sobre o direito de ocupação e uso da terra. As ameaças de despejo aos lavradores das terras valorizadas dão face ao início das situações conflitivas que, ao final dos anos 1950, eclodiram de maneira violenta na região. Em reação, a organização de movimentos de resistência e luta também assume contornos contundentes e particulares (MAIA, 2017, p. 264).

Nessa intersecção entre diversos segmentos de trabalhadores é que se insere a concretização da militância política de Felix Escobar, ele mesmo exemplo desse processo, sendo lavrador, comerciante e pedreiro.

Participante das mobilizações pela manutenção dos posseiros nos conflitos nas regiões das fazendas de São Lourenço e Capivari, Felix era diretor do Sindicato dos Comerciantes e, segundo depoimento atribuído¹⁰ a ele ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), passou a militar pelo PCB em 1962. Protagonista no processo de organização dos trabalhadores nessas áreas, com ampla inserção nas entidades sindicais e associações dos trabalhadores, o PCB incumbiu Felix de fomentar a criação de organizações de base junto aos trabalhadores, tendo em vista incrementar a recém-criada Associação de Lavradores de Duque de Caxias, visando transformá-la em uma

entidade sindical, fato concretizado posteriormente. Com este objetivo, Felix fundou uma organização de base no bairro Lamarão, área da FNM ocupada pelos posseiros (BNM 279, p. 2631-2633).

Apesar do sucesso em impedir a expulsão dos posseiros de terra nas diversas regiões, tendo como exemplo máximo a desapropriação da Fazenda São Lourenço e subsequente declaração de utilidade pública da área, fato conquistado pela resistência armada dos trabalhadores da região, o golpe de 1964 não só reverteu as vitórias, como também perseguiu as lideranças e organizações dos trabalhadores, em um processo violento que envolveu prisões e torturas, desarticulando, consideravelmente, os trabalhadores e as organizações através das quais se mobilizavam (MAIA, 2017, p. 274-275).

Nesse cenário, Felix também foi perseguido. Em 1965, foi processado por integrar as fileiras do PCB, sendo uma das lideranças do comitê municipal do partido em Duque de Caxias, como também por participar, por intermédio do Sindicato dos Comerciantes, de uma greve realizada em dois de março de 1964. Além disso, era acusado, obviamente, de participar dos levantes em Capivari. Foi preso em junho de 1965, permanecendo seis dias na prisão (BNM 279, p. 2594-2595). A partir de então, seu caminho e o caminho da luta armada se cruzariam.

Concomitante ao processo de desarticulação dos trabalhadores na Baixada Fluminense após o golpe, teve início, conforme

¹⁰ Todos os depoimentos colhidos nos processos judiciais são referidos como “atribuídos” a seu autor, com a consciência de que esses testemunhos foram obtidos sob condições de extrema violência física e psicológica ou não foram dados da forma como aparecem.

já citamos, um processo gradativo de críticas, pela cúpula e pelas bases do PCB, que acarretaram, ao longo dos anos seguintes, diversas cisões, das quais o partido não mais se recuperaria. Neste processo, a exemplo do que vimos com relação à DI-GB, tentando travar a luta interna, constituiu-se, nacionalmente, uma articulação denominada Corrente, capitaneada por Carlos Marighella, Mário Alves, Joaquim Câmara Ferreira, Jover Telles, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Miguel Batista dos Santos, representantes de instâncias superiores da hierarquia do PCB até então. Por diversos fatores, incluindo significativas divergências tático-estratégicas, a vasta articulação fragmentou-se em duas organizações distintas: Ação Libertadora Nacional (ALN), radicada, especialmente, em São Paulo, pela influência de Marighella no Comitê Estadual do PCB, e Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), radicado, com maior força, nos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, também pela forte influência nos respectivos Comitês Estaduais. (GORENDER, 2014)

Nesse contexto, parte restante da estrutura do PCB na Baixada Fluminense que se manteve organizada, devido à presença dos militantes que viriam a formar o PCBR, integrou as discussões para rompimento com o Partidão e subsequente construção de uma nova organização política. Segundo depoimento atribuído a José Carlos de Almeida, Felix Escobar fez parte de reuniões, em 1966, que discutiam a criação de uma nova

organização, em oposição à proposta política do PCB (BNM 619, p. 119).

Apesar da falta de informações sobre a trajetória de Felix – e dos militantes que mobilizaria para atuação junto ao MR-8 – no ínterim entre 1966 e 1969, ao que parece, nenhum deles se envolveu de maneira significativa com o PCBR. Por um lado, esse fato pode ser justificado pela significativa desarticulação dos militantes na região após as investidas da repressão. Além disso, conforme indica Gorender, o PCBR nasceu “sob o signo da cisão e não da unidade”. Na reunião que sacramentou a criação da nova organização, dissensões geraram crises internas que desaguaram na ruptura de parte dos militantes, com posterior ingresso no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (GORENDER, 2014, p. 114-116). Assim, ao que podemos inferir, Felix Escobar e os demais militantes, que integrar-se-iam ao MR-8, desenlaçaram-se dos partidos e organizações de esquerda nesse período. Contudo, as investidas repressivas na região e a fragmentação das organizações de esquerda não resfriaram o ímpeto desses militantes, vinculados às lutas pela posse da terra. Ao contrário. Encontrariam uma nova alternativa de militância política em uma organização que propunha um enfrentamento radical ao regime, tentando construir uma nova sociedade.

O rapto do embaixador norte-americano e o deslocamento de militantes para a Baixada Fluminense

A aproximação de Felix Escobar com o MR-8, através do contato com um de seus filhos, realizou-se a partir de agosto de 1969. A possibilidade de seu ingresso na organização abria uma nova e promissora perspectiva. Sua rede de contatos, apesar de desarticulada, poderia servir para, finalmente, o MR-8 assentar base junto aos trabalhadores, objetivo buscado desde antes da ruptura com o PCB. Definiram, então, que Felix ficaria encarregado de reorganizar sua base para posterior desenvolvimento de um trabalho político na região. Contudo, nesse primeiro momento, o MR-8 pouco pôde desenvolver este trabalho. Todas as perspectivas da organização ficariam em suspenso por um período, em decorrência da realização, em conjunto com a ALN, da ação mais ousada da esquerda armada brasileira: o rapto do embaixador norte-americano, realizado na semana da pátria de 1969.

O rapto, ideia desenvolvida dentre os quadros do MR-8, visava um duplo objetivo: por um lado, deveria divulgar os feitos da luta armada, rompendo a censura, demonstrando a possibilidade de enfrentamento ao regime. Por outro, intentava libertar presos políticos em troca da vida do embaixador. Pelo prisma desses objetivos táticos, a ação foi um sucesso incontestável. A ditadura cedeu às exigências, com a divulgação do manifesto nos principais meios de comunicação e libertação dos 15 presos políticos pedidos. No entanto, a partir daquele momento, os militares contra-atacariam, com uma política repressiva mais

articulada e eficaz, amparada em uma legislação mais rígida, como a nova Lei de Segurança Nacional, que, entre outros fatores, instituía a pena de morte para crimes políticos.¹¹

O contra-ataque do estado ditatorial colhera resultados práticos em curto prazo. Pelo MR-8, Cláudio Torres, dirigente da organização e participante do rapto, foi preso no dia nove de setembro. Pela ALN, resultados mais desastrosos. Virgílio Gomes da Silva, comandante militar do rapto, foi preso no dia 29 do mesmo mês, resultando em severas torturas que o levaram à morte no mesmo dia. Além dele, foram presos Paulo de Tarso e Manoel Cyrillo. Como se não bastasse, o fim do ano de 1969 traria uma outra grande perda para as organizações armadas. O principal líder da ALN, vanguarda no processo de ruptura com o PCB e adesão à luta armada, Carlos Marighella, foi assassinado em emboscada realizada pelo delegado Fleury, em São Paulo.

Imerso nesse contexto, o MR-8 teve de se retrair. A totalidade dos militantes passou a viver na clandestinidade. A organização voltaria às atividades somente no início de 1970. João Lopes Salgado, também participante do rapto, altamente procurado pela repressão, foi deslocado para a Baixada Fluminense, com objetivo de auxiliar Felix Escobar na arregimentação política, mas também diminuir as possibilidades de ser preso. Felix o levou para a região da Fazenda

¹¹ Para maior profundidade a respeito do desenvolvimento da estrutura repressiva de Estado imposta pela ditadura, cf. Fico (2001).

São Lourenço, ficando hospedado na casa de Francisco José da Silva, que havia sido presidente da Associação de Lavradores de Duque de Caxias no biênio de 1961-1962, participante dos levantes na fazenda São Lourenço (BNM 190, p. 96).

Em depoimento, João Lopes Salgado retrata qual foi sua primeira impressão ao chegar na área e as recomendações de Felix para poder desenvolver o trabalho político na região, como também demonstra a permanente vigilância dos órgãos de repressão na região, evidenciando a grande atenção com que os militares acompanhavam o cotidiano da região, que havia sido palco de grandes mobilizações dos trabalhadores:

Lá no campo ele [Felix] foi logo me dizendo: “Olha, a melhor forma de você ficar aqui é você chegar com alguma coisa... pelo menos ser empreiteiro. Nós arranjamos umas pessoas para trabalhar pra você”. Realmente, arranjou umas duas pessoas que trabalhavam. Uma semana depois, comecei a participar. Até para ficar parecido com eles. [...] A área demonstrou que tinha um potencial grande. A rede que ele[Felix] tinha demonstrava um potencial muito grande. Era tudo muito ‘queimado’. [...] nós víamos que a polícia estava presente. Tanto é que detectou minha presença lá. Nos deslocamos para a serra, ficamos clandestinos no meio do mato. [...] lá eu tenho um contato com um moço da serra, posseiro plantador de bananas. Ficamos no mato e o moço nos deu apoio (SALGADO, 1986, p. 60).

Assim, de forma molecular, o MR-8, nas figuras de Felix e João Lopes Salgado, buscava mobilizar os trabalhadores para a perspectiva da luta armada. Contudo, outras organizações também tentavam, no mesmo

período, realizar um trabalho na região, mas com perspectivas distintas. Segundo depoimento atribuído a Francisco José da Silva, a Frente de Libertação Nacional (FLN) o procurou para ingresso na organização, fato que negou. (BNM 190, p. 95) João Lopes Salgado oferece-nos mais detalhes sobre a perspectiva de atuação da FLN, lembrando diálogo com um de seus membros que relatou que a área seria utilizada para guardar embaixadores capturados, contrariando a perspectiva de trabalho político do MR-8, como também relata a apreensão de Francisco com a atuação daqueles militantes na área:

O Chico disse pra mim: “essa coisa vai feder”. Andavam armados, de jipe para cima e para baixo com o revólver no corpo. Tivemos uma reunião com eles. Nessa reunião eles disseram: “Bom, vocês chegaram depois. ” Eu argumentava que ali era uma área de trabalho político importante, tinha muita massa e não seria bom fazer um “aparelho” para sequestrar ninguém, pedi para que ele analisasse com a direção, dizendo que o trabalho político seria longo, que estávamos ali há vários meses. Ele me respondeu: “Não, aqui é uma área militar” (SALGADO, 1986, p. 62-63).

Ao que pudemos inferir, com a pouca documentação encontrada, a FLN, integrada neste momento à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), dispunha de um sítio na região de Tinguá, Nova Iguaçu. Este sítio seria utilizado para, segundo depoimento atribuído a Joaquim Pires Cerveira, guardar o embaixador alemão. No entanto, os militantes da FLN seriam presos entre março e abril, desmobilizando não apenas a estrutura da FLN, mas também atingindo parte do trabalho

desenvolvido por Felix e João Lopes, que teve de fugir da área, voltando para a Guanabara. (BNM 231, p. 442).

Apesar de, neste momento, ser procurado em diversas regiões da Baixada Fluminense, Felix, ao que tudo indica, continuou o processo de reorganização dos militantes envolvidos nos levantes pela posse da terra, tentando agrega-los ao MR-8. Em meados de 1970, segundo depoimentos atribuídos, já havia recrutado dois novos militantes para a organização: Nilson Venâncio e José Gomes Teixeira, ambos de Duque de Caxias. Nilson, trabalhador da FNM, também havia participado dos levantes contra o despejo na fazenda São Lourenço. Através da resistência ao despejo, integrou-se ao PCB. (MAIA, 2017, p. 267) A partir de seu ingresso, passou a auxiliar Felix na tarefa de recrutamento de novos militantes. Segundo depoimento atribuído a João Joaquim Santana, presidente do sindicato dos comerciários de Duque de Caxias em 1964, Nilson Venâncio o procurou para trocar informações sobre o MR-8, assim como Felix Escobar procurou Milton Lopes da Costa, companheiro de sindicato. Apesar dessa conversa inicial, ambos se aproximariam do MR-8 apenas no ano seguinte, quando passariam a realizar tarefas auxiliares para a organização. (BNM 190, p. 100, 108-111; BNM 036, p. 153).

Ao contrário do que previam as análises políticas do MR-8, citadas anteriormente, apesar dos parcos avanços de Felix Escobar, não havia significativas

indicações de um aumento no movimento das massas trabalhadoras. Além disso, na Guanabara, a repressão impunha grandes perdas ao MR-8. Ao longo dos meses de março e abril, boa parte dos militantes da organização foram presos, incluindo todos os dirigentes. Coube a João Lopes Salgado, Carlos Alberto Muniz, Stuart Angel e Sérgio Araújo Torres iniciar um processo de reorganização. Encurralados, presos em seus “aparelhos”, os militantes se isolavam, cada vez mais, dos setores sociais que buscavam mobilizar. Diante dessa nova conjuntura, em que estavam mais distantes dos trabalhadores e a ditadura impunha derrotas constantes às organizações, com prisões, torturas e mortes à esquerda armada no geral, a direção reconstituída viu-se obrigada a discutir os rumos políticos da organização. Dessas discussões, iniciadas em setembro de 1970, surgiria uma nova tática de atuação junto aos trabalhadores. Marcada por um compromisso ético de manutenção da luta armada – a despeito das evidências que apontavam a falência da empreitada – e da expectativa sobre a possibilidade de desenvolver um trabalho na região rural da Bahia, a mudança representaria uma nova função aos militantes da baixada fluminense, que, além do recrutamento de novos trabalhadores da região, passariam a integrar os grupos responsáveis pelas ações armadas e/ou seriam deslocados para a Bahia, em prol do desenvolvimento da guerrilha rural.

A incorporação dos militantes da Baixada

Fluminense nas ações armadas e o deslocamento de Felix Escobar e Nilson Venâncio para a Bahia

Conforme aponta Ridenti (2010), nas organizações de esquerda armada brasileira fez-se presente, de maneira significativa, a questão da morte. Todavia, o sociólogo nota que essa questão teve dois momentos distintos. Em um primeiro momento, a morte aparecia como “[...] contingência da luta armada, que traria a vitória política e, portanto, a vida, a médio e longo prazos.” (Idem, p. 263). Conforme apontava o foquismo cubano de Debray: “vencer é aceitar, desde o princípio, que a vida não é o bem supremo do revolucionário.” (s.d., p. 86). Além deste, haveria um outro momento – mais importante para o presente artigo – no qual as organizações já estavam significativamente marginalizadas e isoladas, quando a vitória política estava mais distante e a morte mais presente. Nesse momento, seguindo Ridenti: “O sacrifício pessoal e, no limite, a morte iam perdendo o sentido revolucionário, de conquista da vida, para ganhar contornos de obrigação moral com os companheiros caídos e com a sobrevivência do próprio grupo guerrilheiro.” (RIDENTI, 2010, p. 264)

Fizemos essa breve explanação sobre a questão posta por Ridenti para evidenciar que, com o aumento, ao longo do ano de 1970, das prisões dos militantes do *Oito*, como a organização ficou conhecida, essa dimensão do compromisso com os companheiros torna-

se mais forte e, neste sentido, a mudança tática da organização, que postularia a permanência e aprofundamento da luta armada, atendia, pelo menos em parte, a essa perspectiva de obrigação moral com os companheiros. Além disso, exercia forte influência a perspectiva aberta, após a fusão com os dissidentes do PCB na Bahia (DI-BA), de desenvolver um trabalho político na região rural da Bahia, proposta desenvolvida em contato com José Campos Barreto, radicado em Brotas de Macaúbas. A abertura dessa nova frente mantinha forte a crença de que, a exemplo das revoluções vitoriosas na China, Vietnã e Cuba, o campo incendiaria o Brasil e possibilitaria o início da idealizada revolução brasileira. Portanto, as discussões que alteraram a proposta política do MR-8, e que teriam significativo impacto na militância dos trabalhadores da Baixada Fluminense, foi gestada tendo como panorama esse contexto. Passemos a uma análise breve dessas mudanças.

A nova tática política começou a ser discutida em setembro de 1970, com um informe da nova Direção-Geral, que seria referendado, na íntegra, pelo documento político que concretizou a mudança na tática política da organização, em janeiro de 1971, de nome *Orientação para a prática*. No que importa aqui, o documento alterou, drasticamente, as posições referendadas na linha política de 1969. Afastaram a perspectiva de que “[...] as vanguardas só se formam em processos de massas” e deveriam ser organizadas “em cima de um trabalho de

massas. ” Assim, postulavam que as massas também se movimentariam “[...] pela repercussão que as ações da vanguarda obtêm em seu meio. ” Com isso, enxergavam, ilusoriamente, que parte dos trabalhadores, nos campos e nas cidades, “apresentam-se dispostos a empunhar um fuzil”. Portanto, como consequência prática, desconsideravam, ao contrário de outrora, a perspectiva de trabalho político de agitação e propaganda, criando os chamados Grupos Político-Militares (GPMs), responsáveis pelas ações armadas, que seriam, a partir daquele momento, “o instrumento fundamental para a vinculação política” com os trabalhadores. (MR-8, 1970, p. 11-12)

Dotado de fundamental importância, os novos Grupos Políticos-Militares, que não diferiam da antiga Frente de Trabalho Armado, sobrepuseram-se às demais frentes da organização, que, na prática, foram extintas. A centralidade dos esforços, pelos menos no Estado da Guanabara, passou a ser para a realização de ações armadas. E, seguindo essa instrução, os militantes da Baixada Fluminense passaram a integrar os grupos responsáveis pelas ações.

Ainda no fim de 1970, José Gomes Teixeira passou a viver na Guanabara, onde se integrou a um dos GPMs. Realizou, em 29 de dezembro, sua primeira ação armada, expropriando um carro pagador da fábrica Moinho de Luz. (BNM 036, p. 447) Nilson Venâncio, integrado ao mesmo GPM, realizaria sua primeira ação no dia um de

fevereiro, em expropriação ao supermercado Ideal, no Irajá. (BNM 638). No início de 1971 houve uma dinamização nas ações armadas do MR-8 para atender à demanda de sobrevivência dos militantes na clandestinidade e, além disso, poder fornecer recursos para a área rural em que o Oito desenvolvia trabalho político.

A área rural, concebida pelo MR-8 neste momento, estava estruturada da seguinte maneira. Com o trabalho desenvolvido na Bahia, apresentaram-se duas localidades com possibilidades de desenvolvimento de trabalho político: uma no oeste baiano, que passou a ser coordenada por João Lopes Salgado, em conjunto com José Campos Barreto. Outra no recôncavo, compreendendo as cidades de Alagoinhas e Feira de Santana, para onde foi deslocado Felix Escobar, tendo em vista realizar trabalho político na região, como também Nilson Venâncio, alguns meses depois. (BNM 638, p. 325). Além dessas, o MR-8, por intermédio de Joaquim Antônio e João Geraldo Magalhães, ambos contatos realizados por Felix Escobar e Nilson Venâncio na baixada fluminense, comprou uma fazenda em Cachoeiras de Macacu, para esconderijo dos exilados que voltariam clandestinamente ao Brasil para retomar a luta armada. Joaquim Antônio, inclusive, passou, neste período, a realizar funções auxiliares para a organização, transportando diversos militantes por diferentes áreas do estado do Rio de Janeiro. (BNM 190, p.75)

Logo após a ida de Felix para a Bahia,

segundo livro organizado por Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa acerca dos desaparecidos políticos, os agentes do Exército fizeram uma grande operação em Duque de Caxias para captura-lo. Segundo o relato:

[...] em fins de 1970, durante 15 dias, a rua onde morava Felix Escobar com sua família permaneceu ocupada não por 100, mas por uns 200 homens armados de metralhadoras, rifles, fuzis. Isso causou tão grande susto nos vizinhos da família de Felix a ponto de ter gente que passou alguns dias sem sair de casa temendo ser preso ou espancado. Afinal, vários vizinhos ouviram os urros de um dos filhos do operário ao ser esbofeteado violentamente pelos homens do Exército. (CABRAL; LAPA, 1979, p. 124)

Meses depois, percebendo a insustável situação em Duque de Caxias, a família de Felix se deslocou para Feira de Santana.

Apesar das evidências de que o cerco estava se fechando para os militantes da esquerda armada, a perspectiva ofensiva permanece. Se a perspectiva do desenvolvimento de um trabalho rural, ilusoriamente, parecia demonstrar a viabilidade da revolução brasileira, outro fator realçou, ainda mais, esse viés: o desligamento de Carlos Lamarca da VPR e subsequente ingresso no MR-8, entre os meses de abril e maio de 1971. A possibilidade de contar com o *capitão da guerrilha*, como Lamarca ficara conhecido, que havia desertado do Exército para se somar às fileiras da luta armada, realçou, ainda mais, o vislumbre de que o MR-8 estava no caminho certo e se tornara a principal organização de esquerda armada. No entanto, as consequências de seu ingresso, ao

contrário do esperado, aprofundariam a caçada dos agentes de repressão aos militantes do Oito na Guanabara e terminaria de maneira trágica – não apenas para Lamarca, assassinado no oeste baiano meses depois – mas para o MR-8 em geral e, especificamente, para os militantes da Baixada Fluminense, tornando-se símbolo da derrota do projeto da luta armada.

O crepúsculo do projeto revolucionário: prisões, mortes e desaparecimentos

Como dissemos, o peso representado pela figura de Lamarca atraía, ainda mais, os esforços da repressão na caçada aos militantes do MR-8. E sua fama não demorou a repercutir em prisões no *Oito*. Relacionadas ou não, em abril foi assassinado Mario de Souza Prata e capturada sua companheira, Marilena Villas Boas, também assassinada depois de torturada. Ambos integravam os GPMs da organização. Lamarca, muito procurado, era trocado constantemente de aparelho pelos dirigentes do Oito na Guanabara. Em maio, novas prisões. Zaqueu Bento e Manoel Henrique, no dia sete, e Stuart Angel, no dia 14. Stuart, um dos dirigentes na Guanabara, iria assumir o comando da organização em Salvador. Contudo, foi preso em Vila Isabel. É quase certo que Stuart sabia a localização de Lamarca, e os torturadores sabiam disso. Diante de diversas sessões de tortura, não expôs as informações que tinha sobre Lamarca. Por isso, foi assassinado e seu corpo nunca foi

encontrado.¹²

A situação de Lamarca ficava, a cada dia, mais insustentável na Guanabara. Todos os militantes que tinham contato com ele eram severamente torturados ou mortos, se presos. Foi o caso de José Gomes Teixeira, que hospedou Lamarca e sua companheira, Iara Iavelberg, em Ramos, antes do ex-capitão ser deslocado para a Bahia. Ao que tudo indica, também não deu informações sobre o paradeiro de Lamarca. Preso no dia 11 de junho quando ia retirar o pagamento de sua aposentaria, foi severamente torturado na base aérea do Galeão e, segundo relatórios do DOPS, cometeu “suicídio”¹³ no dia 23. (BNM 036, p. 135; PATARRA, 1992, p. 470; BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2007, p. 165). Neste contexto de caçada, ficou definido que Lamarca e Iara não poderiam mais ficar na Guanabara. Deveriam ser transferidos para a Bahia.

Chegando na Bahia, Lamarca e Iara tiveram de se separar. O ex-capitão foi para Brotas de Macaúbas, fortalecer o trabalho realizado na região, e Iara foi para Feira de Santana, onde moraria com Felix Escobar,

mantendo uma fachada de pai e filha. Lá, ao que indica sua biógrafa, enfrentou problemas na convivência com Felix, relacionadas ao autoritarismo e patriarcalismo do operário:

Ao operário irritavam seus gestos lentos, a brancura. Fina demais. Ofendia-o vê-la organizar as crianças da rua em brincadeiras pedagógicas, ou apenas ler, quieta. Instava-lhe que ajudasse no tanque, no fogão. [...]. [Iara] Tentou argumentar. Ler e refletir são tarefas comparáveis, em importância, às ações em portas de fábricas; segregar companheiras na cozinha configura um resquício patriarcal. Felix, ultrajado, não engoliu a petulância da jovem classe-média a dar-lhe lições e gritou, muito rude. (PATARRA, 1992, p. 478 e 483).

Diante da situação insustentável, Iara saiu da casa de Felix para o apartamento de outros militantes do Oito, na capital baiana.

Apesar da mudança de estado, a caçada a Lamarca continuou. No mês de agosto, após algumas prisões em Salvador, os órgãos de repressão descobriram o paradeiro de Iara, no bairro da Pituba, onde, apesar dos relatos da época apontarem que ela cometeu suicídio quando estava cercada, foi assassinada pelos agentes do Estado. (BRASIL.SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS, 2007, p. 173-174)

A partir desse momento, intensificaram-se as buscas por Lamarca, que culminaram em seu assassinato e na morte de José Campos Barreto. No dia 17 de setembro de 1971, tentando fugir do cerco montado em Brotas de Macaúbas, foram encontrados pela repressão que, sem prendê-los, os assassinou. Era o fim da perspectiva do campo do MR-8 e

¹² Para maiores detalhes sobre o caso de Stuart Angel e a trajetória de sua mãe, Zuzu Angel, em busca da localização de seu corpo, cf. BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS (2007), p. 160-162; VALLI (1987)

¹³ O caso de José Gomes Teixeira, analisado pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, apesar de constatar que sua morte está, obviamente, relacionada à militância política, não esclarece se, realmente, ele cometeu suicídio ou se foi mais um dos casos de suicídios forjados. Para maiores detalhes, cf. BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS (2007).

o início do fim da luta armada. Denise Rollemberg, em texto que promove uma reflexão sobre Carlos Lamarca, faz uma interessante ligação simbólica entre sua morte e a morte da luta armada enquanto projeto revolucionário, que, a exemplo do *capitão da guerrilha*, estava isolada e não conseguiria mobilizar as massas revolucionárias, podendo ser representativa do MR-8 neste momento:

[...] Lamarca no sertão, seco, magro, isolado, à espera de uma revolução que não vinha, que não viria. A chegada dos militares [...] a fuga desesperada de Lamarca e Zequinha, que carregava o capitão que se esvaía, que não sabia que Iara já havia morrido. [...] O isolamento, o cerco, a perseguição, com forças que de tão desproporcionais eram absurdas. O tiro de misericórdia em Lamarca, em Zequinha, na luta armada. Morreram ali, na aridez do sertão, tentando frutificar uma terra infértil. A vida e a morte de Lamarca, como a vida e a morte da luta armada. (ROLLEMBERG, 2007, p.75)

Assim, com a estrutura na Bahia totalmente desarticulada, Felix Escobar e Nilson Venâncio tomaram rumos distintos. Felix retornou à Baixada Fluminense e Nilson, depois de perder contato com o MR-8, buscou trabalho em Feira de Santana e procurou se estabelecer em terras devolutas. (BNM 638, p. 325). Todavia, se a perspectiva da luta armada estava praticamente sepultada, os órgãos de repressão mantinham vívido o ímpeto de capturar os militantes remanescentes. Nessa caçada, todos os militantes da Baixada Fluminense seriam presos e o principal deles, Felix Escobar, seria assassinado, passando a figurar entre as dezenas de desaparecidos políticos.

Nilson Venâncio foi preso em Feira de Santana. Os demais: Joaquim Antônio, Francisco José da Silva e Milton Lopes da Costa, que realizavam tarefas auxiliares para a organização, foram presos, ao que indicam as poucas informações, na Baixada Fluminense. (BNM 190). Por fim, apesar de controversa em relação ao momento e com pouquíssimas informações sobre o que se seguiu, em fins de setembro ou início de outubro, Felix Escobar se encontra com Joaquim Santana em Nova Iguaçu, momento em que ambos foram capturados.¹⁴ Felix, procurado de longa data pelos agentes de repressão, ao contrário dos demais, não foi mantido em cárcere. Assassinaram-no e desapareceram com seu corpo. Recentemente, em 2015, através dos esforços da Comissão Nacional da Verdade (CNV), seus restos mortais foram localizados. Felix havia sido enterrado como indigente no cemitério Ricardo de Albuquerque, no dia 20 de outubro, em decorrência de um falacioso atropelamento no bairro de Cordovil, supostamente ocorrido no dia 3 do mesmo mês.¹⁵

Seu assassinato e subsequente desaparecimento talvez possam ser interpretados não apenas como uma maneira de

¹⁴ Uma segunda versão aponta que sua captura tenha sido realizada em Belfort Roxo. Contudo, o próprio relatório produzido pela Comissão Nacional da Verdade aponta para a escassez de informações sobre o momento da captura e subsequente assassinato. (CNV, 2014, p. 746-747)

¹⁵ Os dados sobre a localização dos restos mortais de Felix não constam nos relatórios da Comissão da Verdade por terem sido confirmados posteriormente. Chegamos a eles devido à notícia divulgada no site do governo brasileiro. (2015)

os agentes repressivos – conforme as palavras da Procuradoria Geral da Justiça Militar – extirparem “definitivamente esse ‘câncer social’” (BNM 567, p. 170), simbolizado pela luta armada. Mas também, e mais importante, extirpar a possibilidade de organização dos trabalhadores na tentativa de manutenção e avanço na conquista de direitos sociais. Se é possível, por intermédio da trajetória que realizamos neste artigo, perceber, apesar das rupturas, uma linha de continuidade entre as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores na manutenção do direito da posse da terra e a opção de parte desses militantes pelo ingresso e/ou auxílio ao MR-8 na luta armada, o assassinato de Felix Escobar também se apresenta como uma tentativa de a ditadura terminar o processo de repressão iniciado pós-golpe de 1964 às mobilizações dos trabalhadores urbanos e rurais da Baixada Fluminense.

Conclusões

O projeto político da luta armada, apesar das diversas organizações que o propuseram, pouco sensibilizou os trabalhadores urbanos e rurais brasileiros. São diversos os fatores indicativos das razões da baixa participação nos grupos armados, que tomavam para si a posição de vanguarda dos trabalhadores. Por uma perspectiva, deve-se ressaltar que a maioria das organizações propunha a negação do PCB, presente, consideravelmente, dentre os trabalhadores.

Negando o PCB e buscando refundar a esquerda em uma perspectiva revolucionária, negavam, em sua ampla maioria, também as formas de trabalho político do partido, inclusive, como vimos, os sindicatos, historicamente importantes nas mobilizações dos trabalhadores. “Olhando para o futuro, eliminaram o passado. Figurando-se como marco zero, desprezaram experiências e tradições e deram um salto – uma fuga – para a frente.” (AARÃO REIS, 2017, p. 374-375)

Além disso, por outra perspectiva, a baixa participação explica-se, em parte, pela escalada da repressão que, atingindo seu ápice a partir do AI-5, dificultava, sobremaneira, a mobilização e organização de setores sociais contrários ao regime. Por fim, foi fundamental a recuperação econômica promovida pelos governos militares, que, através de um processo de modernização conservadora, consolidou altas taxas de crescimento, a partir de 1968, que passaram à história como “Milagre Econômico”. Conforme apontam Luna e Klein (2014), apesar do forte aspecto concentrador de renda, o “Milagre Econômico” inseriu parte significativa da sociedade brasileira na esfera de consumo, desestruturando a visão da “utopia do impasse” da esquerda armada sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Contudo, se esses fatores combinados explicam, sinteticamente, as razões da baixa adesão dos trabalhadores ao projeto da luta armada, pudemos notar que, apesar de pouco numerosos, fizeram-se presentes na esquerda

armada brasileira. A despeito da forte repressão à movimentação dos trabalhadores após o golpe de 1964 na Baixada Fluminense, que logrou dismantelar e desmobilizar as principais formas de organização na luta pelos seus direitos – em especial pela posse da terra –, parte deles mantiveram-se inquietos diante do caminho que a ditadura impunha, autoritariamente, à região e, no limite, ao Brasil. Buscaram alternativas de ação política no enfrentamento armado à ditadura, participando, inclusive, de ações armadas. Assim, há uma notória relação entre a politização dos trabalhadores rurais e urbanos da Baixada Fluminense no início da década de 60 com a opção de uma parcela em ingressar na luta armada. Joaquim Antônio, em depoimento atribuído, aponta que Felix Escobar, ao propor o ingresso no MR-8, disse que trazia uma proposta de melhora de vida. (BNM 190, p. 77). Ingressaram na luta armada com essa esperança: melhorar de vida. Não individualmente, mas coletivamente.

Referências

- AARÃO REIS FILHO, Daniel. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth. Militância Política e Luta Armada, 1987.
- _____. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____; CAMURÇA, Marcelo. “O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB.” In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge (Orgs.) *Revolução e democracia (1964 - ...)* Coleção *As esquerdas no Brasil*: v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 131-148
- _____. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita.” In: FERREIRA, Jorge. (Org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 319-377.
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- BRASIL. Investigação da CNV revela o destino de Felix Escobar. 28/01/2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/editoria/cidadania-e-inclusao/2015/01/investigacao-da-cnv-revela-o-destino-de-felix-escobar> Acessado em: 04/07/2018.
- BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade; vol. 3. Brasília: CNV, 2014.
- BRASIL: NUNCA MAIS. Pasta-Processo: 036, 190, 192, 231, 279, 567, 619, 638. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>
- BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Orgs.). *Desaparecidos Políticos*. Rio de Janeiro: Opções/Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.
- CODARIN, Higor. *A arma da crítica e a crítica das armas: a trajetória do Movimento Revolucionário 08 de Outubro (DI-GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira. (1969-1972)* Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA. *Situação Internacional*. 1969, mimeo. In: Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro. Organizações de Esquerda, Série 02.

DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução?* (1966), São Paulo: Centro Ed. Latino Americano, s.d.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FRANK, Andreas Gunder. “A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo”. In: STEDILE, João Pedro (Org.) *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda (1960-1980)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2014.

GUEVARA, Ernesto “Che. *Guerra de Guerrilhas (1961)*, 10ª ed. São Paulo: edições populares, 1987.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA; Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1980.

LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas, tomo I*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. “Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo; RIDENTI, Marcelo (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MAGALHÃES, Vera Sílvia. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth. Militância Política e Luta Armada, 1986.

MAIA, Aline B. “Conflitos e repressão no

campo do Estado do Rio de Janeiro (1946-1988): Articulações rufo-fabris na Baixada Fluminense.” *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, v.7, nº1, p. 257-282.

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO, DIREÇÃO-GERAL. *Tribuna de Debates: Setembro 1970*, mimeo. In: Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM/Unesp), coleção Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasiliano. Localização: Caixa 10

PATARRA, Judith. *Iara. Reportagem biográfica*. 2ªed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio *A revolução brasileira*. (1966) 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ªed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

_____. “The Debate over Military (or Civilian-Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context”. *Bulletin of Latin American Research*. Early View (Online Version of Record published before inclusion in an issue). Edited By: Jasmine Gideon, Geoffrey Kantaris, Patricia Oliart, Lucy Taylor, Ann Varley and Matthew Brown. Online ISSN: 1470-9856.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. “Esquerdas revolucionárias e luta armada”. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SALES, Jean; FORTES, Alexandre (Orgs.) *A Baixada Fluminense e a ditadura militar: Movimentos sociais, repressão e poder local*. Curitiba: Prismas, 2016.

SALGADO, João Lopes. Entrevista concedida

a Daniel Aarão Reis e Vera Sílvia Magalhães, 17 de julho de 1988. In: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo *Vera Sílvia Magalhães*, caixa 02, doc. 28.

VALLI, Virginia (org.) *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*. 2ªed. Rio de Janeiro: Record, 1987.